

Pobreza e Vulnerabilidade na Perspectiva da Economia de Comunhão

Andreza Daniela Pontes Lucas¹

Resumo

A pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo. Este artigo tem por objetivo discutir a pobreza e vulnerabilidade a partir da perspectiva da Economia de Comunhão e do seu trabalho no Brasil. Para isso ele apresenta diversas visões de pobreza e fatores históricos que exercem um papel importante na distribuição de renda e oportunidades no Brasil. Finalmente, o estudo destaca elementos que são fundamentais para contribuir com a erradicação da pobreza a partir das experiências e princípios da Economia de Comunhão.

Palavras-chave: vulnerabilidade, pobreza, Economia de Comunhão.

Abstract

Poverty is a multidimensional and complex phenomenon. This paper aims to discuss poverty and vulnerability from the perspective of the Economy of Communion and its work in Brazil. To do this, he presents different views of poverty and historical factors that play an important role in the distribution of income and opportunities in Brazil. Finally, the study highlights elements that are fundamental to contributing to the eradication of poverty based on the experiences and principles of the Economy of Communion.

Key-words: vulnerability, poverty, Economy of Communion.

1. Introdução

A pobreza é um fenômeno multidimensional e complexo. Atribuir o termo pobre a todas as pessoas que se encontram vulnerabilizadas em uma ou mais esferas da sua existência sem compreender a complexidade das relações que geraram tal resultado pode ser um grande obstáculo à busca de caminhos para superação das vulnerabilidades sociais e econômicas.

Os termos pobre e indigente são usados para se referir a todo um conjunto de faltas, de maneira redutiva e, frequentemente, negativa. Por um lado, se diz que eles são culpados pela situação de se encontram, responsáveis pelo próprio infortúnio; por outro lado, na hora de se pensar projetos que contribuam para a superação da vulnerabilidade econômica, muitas vezes se chega com soluções prontas, que não consideram no processo o protagonismo daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Trata-se de um paradoxo, eles são culpabilizados pelo problema, mas não os responsáveis pela busca da solução.

Um autor que trouxe uma importante contribuição para esta discussão foi Majid Rahnema (1924-2015), iraniano, ele atuou como ministro do seu país e o representou nas Nações Unidas se ocupando de temas relacionados ao desenvolvimento econômico. Mais tarde foi professor da universidade de Claremont na Califórnia e Universidade Americana de Paris que se ocupando do

¹ Docente do curso de Ciências Econômicas do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em Economia pela Università Cattolica Del Sacro Cuore de Milão, andreza.lucas@ufpe.br

estudo da pobreza. Ele fez uma vasta e profunda pesquisa sobre as origens e tipologias de pobreza que será discutida mais adiante.

A Economia de Comunhão² é um movimento econômico e cultural que tem como objetivo contribuir com a erradicação da pobreza. Ele surgiu em 1991 quando sua fundadora, Chiara Lubich, percebeu que, não obstante todo o avanço tecnológico e a consequente geração de riquezas, havia muitas pessoas que não conseguiam acessar essas riquezas. A pobreza existente era o resultado do modo como a economia se organizava e não da incapacidade da economia de gerar recursos para todos.

Esta constatação também foi destacada por autores de grande destaque no campo da pobreza e do desenvolvimento econômico. É o caso de Sen (1981), que dez anos antes destaca em seu trabalho a existência da fome nas sociedades mais modernas são o resultado de as falhas institucionais que leva a má distribuição de alimentos e não pela inexistência de alimentos. que sejam capazes de a que leva aos casos fome de mais recentes. Assim como, mais recentemente, Raworth (2019) tem afirmado que as desigualdades existentes são uma falha de projeto do processo de distribuição e geração de recursos. Ela destaca ainda a importância da criação de sistemas econômicos mais distributivos na concepção, o que é algo que vai muito além das políticas de redistribuição de renda.

A partir dessa percepção, Chiara Lubich, lança um ousado convite às pessoas que lhe eram mais próximas: repensar o sistema econômico e propor uma mudança a partir do seu interior, para que este passe de concentrador de riquezas a distribuidor de riquezas (Lucas e Faller, 2019). É de se esperar que no caminho para concretização desta proposta muitos obstáculos tenham emergido. Este é um percurso que ainda está sendo trilhado, onde se fizeram presentes erros e acertos.

Este artigo tem como objetivo compartilhar algumas percepções que emergiram deste processo de busca de soluções para se erradicar a pobreza. Neste processo o trabalho de Rahnema (2005), vai ser particularmente importante por trazer elementos que ajudam a melhor compreender a visão que guia a Economia de Comunhão. Certamente as percepções aqui compartilhadas não são exclusividade da Economia de Comunhão, pelo contrário, em muitos casos foi a interação com outros grupos com objetivos comuns que contribuiu para o amadurecimento de algumas dessas ideias. Há ainda muito a ser aprendido neste processo e este artigo busca contribuir com esta discussão.

Ele trabalho está estruturado no seguinte modo. Após esta breve introdução, a Seção 2 apresenta uma breve visão do que se entende por pobreza hoje na sociedade. A Seção três apresenta a visão trazida por Rahnema (2005). Enquanto que a Seção 4 traz algumas reflexões sobre pobreza que surgiram a partir da experiência da Economia de Comunhão. A Seção 5 é dedicada às considerações finais.

2. Diferentes modos de ver a pobreza

² Apresentar a Economia de Comunhão nos seus variados aspectos vai além do escopo deste trabalho, para saber mais sobre Economia de Comunhão ver Bruni (2005), Faller (2022) e Santana (2019).

Há uma série de fatores que podem levar uma pessoa a se encontrar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como a falta de acesso a água, que impede o alcance de boas condições de hidratação e higiene; a falta de acesso a alimentação que impede a obtenção da energia necessária ao desenvolvimento de suas atividades; a falta de acesso a moradia que impede a proteção dos mais variados eventos causados pelo homem e pela natureza; entre outros. Estas são algumas das necessidades consideradas básicas. Crespo & Gurovitz (2002) elencam como necessidades básicas: alimentação, habitação, vestuário e acesso a serviços de saneamento, transporte, educacionais e de saúde.

Embora os aspectos materiais sejam os primeiros a serem mencionados quando se fala de pobreza, há uma série de outros recursos, imateriais, que também são essenciais e cuja ausência agrava severamente a vulnerabilidade econômica. Entre eles pode-se citar a falta de acesso a afeto, senso de pertencimento, proteção familiar e recursos políticos que permitam decidir a própria vida e a vida da própria comunidade.

Vale salientar que o conceito de necessidade básica está fortemente ligado ao tempo e ao espaço. Enquanto que em uma região, o acesso a um sistema de aquecimento pode ser crítico para garantir a sobrevivência, em outra esta pode ser uma questão irrelevante. Bens que outrora eram considerados de luxo e que apenas as camadas com maior nível de renda poderiam adquirir podem se tornar uma necessidade básica em um dado momento histórico e cair em desuso mais adiante.

Mesmo para pessoas bem colocadas no mercado de trabalho que recebem uma renda alta, a pobreza enquanto falta de recursos materiais não necessariamente é um fenômeno distante. Eventos mais ou menos previsíveis como a proliferação de uma doença, a perda de um emprego ou um acidente grave podem alterar as condições socioeconômicas de maneira drástica e levá-las a vivenciar a falta de recursos para atender a necessidades básicas.

Finalmente, além dos infortúnios mencionados, vale salientar que mesmo quem não vive nenhum evento dessa natureza ao longo da vida também passa por situações de privação e dependência, ainda que pertencentes a famílias detentoras de muitos recursos materiais. Basta pensar nos recém nascidos e nos idosos em fase terminal, que precisam contar com a ajuda de outras pessoas para o atendimento das mais básicas necessidades de nutrição e higiene.

Muitos dos debates sobre pobreza se concentram nas dimensões materiais que foram citadas. Estas são de fato condições necessárias para o alcance de uma vida boa, porém não são as únicas. Amartya Sen (1999), trouxe para essa discussão elementos muito importantes. Segundo ele, mais do que ter ou não acesso a um dado conjunto de recursos, a pobreza está relacionada a ter ou não a capacidade para acessar recursos. Ou seja, a pobreza acontece quando são negadas às pessoas o conjunto de escolhas e oportunidades para uma vida livre, longa e com qualidade. Neste conjunto de oportunidades existem não só elementos individuais, tais como acesso à educação, alimentação e serviços de saúde, como também coletivos como liberdade política, participação na vida de comunidade, entre outros. São estes elementos que permitem o florescimento humano.

O florescimento humano, portanto, se mostra como um caminho para superação das vulnerabilidades socioeconômicas e alcance de bem-estar. Seligman (2019) aborda o florescimento humano a partir psicologia positiva, segundo ele *“Na teoria do bem-estar [...] o objetivo da psicologia positiva é [...] aumentar a quantidade de florescimento humano na vida das pessoas e do planeta.”* (p.37)

Um processo de florescimento humano envolve: emoções positivas, engajamento, interesse, sentido e propósito (SELIGMAN, 2019). Cada um destes elementos é essencial num processo de superação de vulnerabilidades no qual as pessoas vulnerabilizadas são as protagonistas.

3. A perspectiva de Rahnema

O trabalho de Rahnema (2005) em seu estudo para se aprofundar nas diferentes semânticas de pobreza parte das sociedades vernaculares, que eram sociedades cujos membros eram unidos pela solidariedade, onde o individualismo era ignorado (Latouche, 2013). Ali percebe-se que a pobreza nem sempre existiu, ao menos não na linguagem. Embora os nossos antepassados tivessem acesso a bens e serviços em quantidade bastante inferior ao que se tem hoje, aquilo que se considerava necessário era também bem mais restrito, portanto, eles não se consideravam pobres (Sahlins, apud Rahnema).

Nestas sociedades, que vieram depois da idade da pedra, o dom, não a troca, constituiu-se como pilar das relações de produção entre as pessoas. Se alguém possuía algo, esperava-se que o dividisse, atuando como um distribuidor ou administrador deste bem. As sociedades de dom conseguiam solucionar o problema da fome e de outras formas de precariedade através da reciprocidade, redistribuição e produção para consumo e uso próprio. Cada participante não possuía nada para que juntos eles possuíssem tudo. (RAHNEMA, 2005)

Nas sociedades arcaicas pouco a pouco a troca vai ocupando o espaço do dom. E surge assim a pobreza, a partir da perda do sentido de compartilhamento. Este é também o período no qual as pessoas chegam nas cidades. Com o surgimento das civilizações urbanas, os ligames de solidariedade social são quebrados e assim nasce a pobreza. Sendo assim, a pobreza pode ser considerada uma invenção das sociedades modernas. (RAHNEMA, 2005)

Vale salientar que a ausência de pobreza, neste caso, não significa a ausência de sofrimentos ou carências. Porém, numa sociedade onde todos possuem condições de vida semelhantes e não se conhece outras possibilidades não há sentido falar em pobreza ou riqueza uma vez que não existem grandes diferenças entre as condições de vida de cada pessoa.

Rahnema (2005) afirma ainda que a fome também não existia enquanto fenômeno social. Havia certamente uma série de dificuldades na busca por alimento, em particular em regiões de clima desfavorável, mas era inconcebível que um indivíduo passasse fome na sociedade. Ou seja, todos são atingidos de forma semelhante. Se analisarmos hoje as condições em que viviam aquelas pessoas, certamente as classificaremos como pobres. Porém, nós fazemos essa afirmação a partir de do ponto de vista de quem conhece outras possibilidades, ou seja, para identificar alguém como pobre é preciso conceber que há outros estados que proporcionam um maior bem-estar. Por mais que exista hoje o conceito de pobreza absoluta e pobreza relativa, também a pobreza absoluta

parte de uma relatividade, ou do reconhecimento de uma diferença de condições de vida.

Segundo Rahnema (2005) os primeiros materiais escritos sobre pobreza e riqueza são provavelmente aqueles deixados pelos gregos e persas. Ele afirma que o sentido das palavras que atribuíam características referentes a pobreza ou riqueza dependia do contexto no qual elas eram empregadas e cada pessoa era considerada um todo de riquezas e pobreza. Somente depois de muito tempo a palavra surgiu como substantivo.

“Cada coisa, cada espécie animal ou vegetal, portanto também cada ser humano, eram dotados de qualidades inatas ou adquiridas. Quando estas qualidades não correspondiam àquilo que a sociedade esperava o indivíduo era chamado de pobre.” (Rahnema, 2005, p.93)

As primeiras vezes que o termo pobre vem usado como substantivo é testemunha de um fenômeno muito mais importante: um grupo de pessoas, decide classificar um outro grupo de pessoas. Ou seja, começa a existir um tipo de segregação, um grupo passa a se considerar distinto do outro. O substantivo pobre e seus sinônimos foram utilizados para definir os homens e as mulheres que se encontravam em algum tipo de precariedade que suscitava compaixão ou incomodo. (Rahnema, 2005)

Rahnema (2005) afirma que ao longo de sua vida ele procurou observar e entender os tipos de pobreza existentes ao seu redor e destaca algumas tipologias de pobreza. Para ele, dar-se conta destas diferentes tipologias nos leva a constatar que cada uma delas é condicionada por um conjunto de fatores subjetivos que mudam continuamente. Nos concentraremos em quatro delas no âmbito deste artigo.

A primeira delas é o que ele chama de pobreza voluntária que Rahnema define como *“a escolha livre e iluminada de um ser humano induzido da própria busca de bem-estar a viver na mais alta simplicidade, qualquer que seja o contexto exterior. Tal escolha radical exprime o desejo de liberar-se de toda forma de dependência material que possa colocar em risco essa busca.”* (RAHNEMA, 2005, p. 143)

Este tipo de pobreza se reflete no que hoje chamamos de sobriedade. Rahnema (2005) afirma que nas profundezas de todo ser humano existe uma procura por uma vida simples em termos de recursos materiais, porém rica de relações, de propósito, de horizontes de sentido. A escolha por uma vida sóbria evidencia a presença de uma riqueza interior que liberta de um conjunto de necessidades.

Ao longo da história surgiram exemplos emblemáticos de pessoas com uma riqueza interior tamanha que as levou a optar por uma vida com o mínimo de recursos materiais possível para viver a serviço das pessoas vulnerabilizadas. Alguma destas pessoas são Madre Tereza de Calcutá, Francisco de Assis e Irmã Dulce da Bahia. Estes exemplos são bastante conhecidos também pelo reconhecimento do trabalho realizado por eles por parte da Igreja Católica.

Porém, a opção por uma vida sóbria para que outras pessoas possam ter condições de vida mais dignas podem ser encontradas em várias escolhas do dia a dia nos mais variados âmbitos da sociedade. É o que acontece quando um consumidor escolhe consumir um bem com um valor mais alto para fortalecer

um produtor local, quando se opta por compartilhar um bem para que outras pessoas também consigam ter acesso a ele, quando se escolhe consumir menos para gerar menos impacto ambiental, quando se recicla ou se reusa um bem. Trata-se de uma escolha por uma vida simples e ao mesmo tempo rica de conteúdo.

A segunda tipologia que será tratada aqui é a pobreza convivial que se refere àqueles grupos de pessoas que vivem de modo simples, com pouquíssimos recursos, mas com dignidade. *“Estilo de vida originários dos espaços vernaculares, a pobreza convivial permitiu, por milênios, à grande maioria dos seres humanos enfrentar as contingências da vida. Atualmente, milhões de homens vivem ainda em comunidades fundadas sobre a pobreza convivial.”* (RAHNEMA, 2005, p. 165-166).

A riqueza relacional destas sociedades as defende da miséria. Se o risco de cair na miséria existe, todo o grupo é ameaçado, não apenas uma parte. As sociedades baseadas na economia de mercado representam uma ameaça para as sociedades vernaculares de duas maneiras: através da separação entre trabalho e as outras atividades da vida de comunidade e através da separação delas da terra e da natureza e tudo aquilo que servia de fundamento para a vida social (RAHNEMA, 2005).

Rahnema (2005) aponta ainda que muitas destas sociedades marcadas pela pobreza convivial estão cada vez mais ameaçadas entre o risco de cair na miséria e as promessas da sociedade de consumo. A promessa de modernização e progresso as leva sempre mais a se distanciar das formas de vida tradicionais, esquecendo o valor da cultura e das riquezas do passado. Isso atinge sobretudo os jovens.

Uma grande riqueza existente na pobreza convivial é a força do grupo. Apesar da escassez de recursos, sobretudo materiais, a força do grupo mantém as pessoas conectadas, de modo a se protegerem de cair na miséria. É o exemplo de famílias que vivem em comunidades vulnerabilizadas onde uma família toma conta dos filhos da outra, outra compartilha a refeição com aquela que não tem renda no momento, e assim por diante, de modo que as faltas são enfrentadas conjuntamente.

Muitas famílias de classe média com filhos pequenos ou pessoas que necessitam de cuidados de saúde mais intensos, se deparam com o desafio de ter uma rede de apoio com quem contar no dia a dia. Isso pode ser o resultado da perda ou redução dos laços comunitários e crescimento do individualismo, que muitas vezes chega junto de um progresso material. Ou seja, percebe-se um maior acesso a renda, porém, ao mesmo tempo surgem muitos outros gastos devido a necessidade de contratar pessoas que possam realizar estes serviços.

Uma outra tipologia de pobreza destacada por Rahnema (2005, p. x) é a pobreza modernizada, que ele define como *“a dos homens e mulheres em um mundo em modernização com uma renda insuficiente para correr atrás das necessidades criadas pela sociedade”*. O alto índice de endividamento brasileiro está fortemente ligado a esse tipo de pobreza. Certamente há famílias endividadas pela necessidade de prover as necessidades básicas dos seus. Porém também existe os casos associados à busca para atender necessidades criadas por uma economia que precisa continuar a vender para continuar a crescer.

A quarta tipologia é a mais grave dentre estas, a miséria. Rahnema (2005, p. x) refere-se a ela como *“aquela ligada às insuportáveis privações sofridas por uma multidão de seres humanos reduzidos a formas de miséria humilhante.”* Ela acontece quando além da falta de recursos materiais e outras formas de capital e atinge tantas pessoas a rede de apoio não mais consegue suprir, ou deixou de existir. *“A difusão generalizada da miséria e da indigência é um escândalo social obviamente inadmissível, sobretudo no interior de sociedades que estariam em perfeitas condições de evitá-la.”* (Rahnema, 2005, p.xiii).

4. Vulnerabilidade econômica no Brasil

A sociedade brasileira está estruturada de maneira complexa e desigual. Com a chegada dos povos de outros continentes ao território que hoje chama-se Brasil, houve também a destruição de elementos considerados essenciais a vida dos povos originários e a escravização, inicialmente dos povos indígenas e em seguida dos povos africanos. Esta história de exploração tinha como objetivo a retirada de recursos da colônia para o desenvolvimento da metrópole colonial.

Esse passado impacta fortemente o Brasil dos dias atuais. A depender do local de nascimento, do background familiar, do gênero, da cor da pele, as pessoas podem se deparar com oportunidades muito diferentes ao longo de sua existência. Portanto, a desigualdade de recursos presente no Brasil de hoje é resultado de um país cuja história está marcada pela dominação de um povo por outro e pela transformação de pessoas em mercadorias através da escravização.

A história do Brasil está repleta de exemplos onde comunidades inteiras foram levadas a situação de miséria para gerar “desenvolvimento” para outros grupos da população. Isso acontece também na atualidade. O indígena Yanomami Ailton Krenak chama isso de tecnologia para produzir pobreza:

“Nossa tecnologia para produzir pobreza é assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre. Se você tira um Yanomami da floresta, onde ele tem água, alimento e autonomia, e bota em boa Vista, isso é produção de pobreza. Se expulsa o pessoal da Volta Grande do Xingu para fazer uma hidrelétrica, mandando para um beiradão de Altamira, você está convertendo-o em pobre.” (KRENAK, 2022, p.56-57)

A citação de Krenak também evidencia a forte ligação entre crise climática e vulnerabilidade econômica. Não se pode falar em crise climática sem considerar as pessoas vulnerabilizadas uma vez que estas são as mais afetadas e as que possuem menos meios para se defender dos seus efeitos adversos. Do mesmo modo, não se pode falar em vulnerabilidade sem considerar questões relacionadas à crise climática, uma vez que esta crise é responsável por levar várias pessoas a condições de vulnerabilidade econômica.

É importante destacar que a pobreza e vulnerabilidade gerada neste processo, tanto nos fatos mais antigos quanto nos atuais, impactam as pessoas vulnerabilizadas não só no que diz respeito ao acesso a recursos materiais, uma série de outros recursos são atingidos. A escravização das pessoas negras no Brasil, além de tolher-lhes a liberdade, tirou-lhes todos os vínculos comunitários

e culturais, levando-os a experimentar a mais grave forma de pobreza, aquela que na visão de Rhanema (2005) é chamada miséria. É o que narra o autor Abdias Nascimento:

“Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre os quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta. O afrodescendente escravizado praticou, ainda, a forma não violenta ou pacifista de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste e trágico tipo de rejeição – o banzo. O africano era afetado por uma patética paralização da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhe as energias, e assim ele, silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente.” (Nascimento, ANO p. 70-71)

Ainda que conseguissem alcançar o direito à liberdade, esta acontecia em condições bastante adversas, quando a saúde e a capacidade de gerar recursos materiais para garantir a própria sobrevivência tinham se tornado escassas. Deste modo, aquelas pessoas negras que conseguiam escapar da escravidão, se deparavam com a miséria de outro modo:

“Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviviam aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados “africanos livres”. Não passava, a liberdade sob tais condições de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência.” (Nascimento p.79)

Os escravizados que conseguiam fugir da escravidão e chegar aos quilombos tinham uma vida completamente diferente. Ali os próprios recursos eram empregados para garantir o bem-estar comunitário.

“Vivendo num regime comunitário, organizado a base da agricultura e da criação de animais de subsistência, Palmares era um reduto em franco florescimento, apesar da ameaça permanente que sobre ele pairava.” (Moura, 2022, p.50)

Não significa que neste regime comunitário não havia desigualdades, conflitos e outros desafios. Como toda sociedade, os quilombos certamente tinham seus desafios e contradições. Palmares se tornou o mais conhecido dos quilombos, devido às suas dimensões e história de resistência. Gomes (2019) explica que muitos aspectos da história de Palmares permanecem desconhecidos devido à pouca documentação sobre o tema, além disso, a maior parte da documentação existente fala de Palmares do ponto de vista das pessoas brancas.

Os quilombos são um demonstrativo de que o pensamento dos escravocratas acerca da baixa capacidade produtiva dos escravizados é incorreto. Pelo contrário, eram as condições de vida que lhes eram impostas os levava a produzir menos.

“A abundância de mão-de-obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social haviam aumentado extraordinariamente a produção. O superproduto social se tornara abundante. Depois de alimentada a população, atendidos os gastos coletivos e guardadas em celeiros as quantidades destinadas às épocas de más

colheitas, guerras e festividades, ainda sobrava algo para trocar por produtos essenciais das povoações luso-brasileiras. O caráter nitidamente antieconômico do sistema escravista é ilustrado por esse contraste entre o rendimento do trabalho negro quando livre e quando escravo.” (Moura, 2022, p. 49-50, apud Décio Freitas)

Essa rápida visita ao passado do Brasil coloca em evidência fatos que explicam porque as condições de vulnerabilidade socioeconômica são encontradas mais fortemente entre pessoas negras e indígenas. Falar em erradicação da pobreza no Brasil de hoje requer levar em consideração toda a desigualdade que persiste ao longo da sua história e os obstáculos impostos aos grupos vulnerabilizados que muitas vezes os impediram de desenvolver todo o seu potencial.

5. A relação da Economia de Comunhão com a pobreza

Conforme mencionado na introdução, a Economia de Comunhão nasce com o objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza. Esta é certamente uma agenda desafiadora que requer o envolvimento muitos outros atores e organizações, cada um destes com seu papel. Para a Economia de Comunhão a busca de solução para erradicação da pobreza deve levar em consideração seis elementos que serão citados a seguir. Muitas das citações aqui apresentadas são manifestações orais de protagonistas da Economia de Comunhão que estiveram presentes no fórum de Economia de Comunhão (FORUM EDC, 2022) ocorrido em outubro de 2022 em Vargem Grande Paulistas-SP.

Cada pessoa pode contribuir com a erradicação da pobreza: na Economia de Comunhão o processo de erradicação da pobreza começa a partir de cada ator envolvido, seja com o consumo sóbrio, com o compartilhamento de necessidades e/ou recursos, ou de outros modos. Os protagonistas da Economia de Comunhão são pessoas que diante das situações de vulnerabilidade socioeconômicas presentes na sociedade, sofrem, se sentem insatisfeitas e sentem o desejo de contribuir em primeira pessoa para mudar esta realidade.

É a partir do reconhecimento do papel de cada pessoa na transformação social que surgem os financiamentos coletivos que possibilitam a realização de muitos dos projetos coordenados pela Economia de Comunhão. Também nas empresas de Economia de Comunhão, há uma escolha consciente de viver pela erradicação da pobreza e por um mundo mais justo regenerativo e fraterno (ANPECOM, 2024). Esta escolha resultou na criação do guia de impacto, que é um documento que orienta as empresas que querem viver por uma Economia de Comunhão.

O mundo é uma grande comunidade: A Economia de Comunhão procura resgatar a riqueza relacional, que foi e é tão importante nas comunidades vernaculares. A urbanização, o surgimento das cidades, a industrialização, pouco a pouco fizeram com que esta riqueza fosse substituída pelo individualismo. A Economia de Comunhão reconhece e valoriza as raízes culturais de cada povo, e considera que juntos estes formam uma única comunidade global. Ou seja, fazem parte dessa comunidade tanto o vizinho de casa, quanto um habitante do outro lado do planeta.

A partir desta consciência de comunidade surgiram projetos direcionados e desenvolvidos por e para comunidades negras, indígenas e ribeirinhas. Isso também passa pela restauração das relações entre seres humanos e a natureza. O considerar-se uma grande comunidade levou a Economia de Comunhão a se envolver em projetos relacionados à justiça climática. Assim surgiu o Amazônia viva, um projeto que busca estimular reflexões e um novo agir em prol da comunidade local e de uma economia regenerativa. Além disso, também houve o engajamento em projetos de maior alcance, como é o caso do *It's now*, um movimento coletivo feito por pessoas de todas as idades e por organizações não governamentais, de vários países que atua “*visibilizando, promovendo e acelerando ações climáticas concretas que colocam em relevo o bem-estar das pessoas e a regeneração dos ecossistemas, o fortalecimento das democracias, o respeito pelos territórios e suas comunidades, a justiça social e a promoção de uma economia mais justa, que contribua com o bem comum*”(ANPECOM, 2024).

Todos são ricos e todos são pobres: Na Economia de comunhão parte-se do princípio de que todos são iguais em dignidade, porém cada pessoa nasce, cresce e se desenvolve em um contexto diferente, faz escolhas diferentes ao longo da vida e se depara com oportunidades e dificuldades diferentes. Considerando-se a complexidade e multidimensionalidade da pobreza, percebe-se que todos são ricos em alguma dimensão e todos são pobres em alguma dimensão. O melhor instrumento para superação das pobreza passa pela descoberta das riquezas de cada indivíduo.

Com base nestes elementos, a Economia de Comunhão realiza em seus projetos de superação das vulnerabilidades econômicas e em seus projetos de fomento ao empreendedorismo, vivências de metodologias de florescimento humano e de cura de dores pessoais e comunitárias, para que cada participante possa descobrir as riquezas pessoais e comunitárias existentes e si e no seu entorno e a partir delas buscar soluções para suas vulnerabilidades. Seguem algumas das falas de pessoas que participaram de um ou mais destes percursos: “*Eu reconheci que sou alguém, que sou importante*”; “*Eu entendi que posso mais*”; “*Mesmo tendo medo de altura, hoje tendo chegado aqui de avião, entendi que posso voar mais do que eu imaginava*” (FORUM EDC, 2022).

A potência do ser humano emerge do encontro: Para a economia a cultura do encontro é algo que pode fazer emergir a potência do ser humano. “[P]ara nós, comunhão significa uma cultura de encontro capaz de promover, na vida e na economia, a conexão entre oportunidades e vulnerabilidades.” (ANPECOM, 2024) É no encontro que se percebem as oportunidades e vulnerabilidades presentes na comunidade e assim, pode-se, através da comunhão, conectá-las e buscar caminhos para a superação destas vulnerabilidades.

Para se desenvolver projetos de superação da vulnerabilidade econômica é preciso saber estabelecer relações, escutar, aprender e compartilhar. Seguem algumas falas de pessoas que participaram de um ou mais destes projetos: “*Eu consigo porque as pessoas me veem com a minha dignidade, não com a minha fragilidade herdada*”; “*Sou uma nova mulher, me achei no meio de vocês*”; “*Comunidade feliz é aquela que sai do eu para o nós*” (FORUM EDC, 2022).

A pessoa vulnerabilizada é a protagonista da própria história: a superação da vulnerabilidade é real e profunda quando é construída pelo protagonismo da

pessoa vulnerabilizada. Na Economia de Comunhão acredita-se no potencial de cada ser humano. Para ela a pessoa vulnerabilizada, em linha com o pensamento de Rahnema (2005), *“não é um objeto cujas condições de vida podem melhorar graças a recursos externos. É um indivíduo cujos hábitos e potencialidades de realização dependem sobretudo dele mesmo.”* (p.238)

Não são raros os casos onde os participantes de um projeto desenvolvido pela Economia de Comunhão, se sentem responsáveis por alargar a rede de comunhão no seu entorno, tornando-se multiplicadores de comunhão. É o que se percebe no depoimento de Caio de Teresina-PI:

“Comecei a perceber que também eu poderia doar algo, possuía várias habilidades que poderia colocar em comum, sou instrumentista e cantor poderia doar a minha música e como estudante universitário podia me engajar nas lutas políticas de permanência estudantil daqueles estudantes com maior dificuldade financeira através das comissões como representante discente.” (ANPECOM, 2024)

Os projetos desenvolvidos para uma comunidade vulnerabilizada específica são desenvolvidos com a participação de agentes que fazem parte da comunidade. Afinal, eles são profundos conhecedores da comunidade, das pessoas que dela fazem partes, das dificuldades encontradas e potencialidades nela existentes.

Viver em situação de vulnerabilidade econômica significa muitas vezes ter mais dificuldades para se informar, não ter voz política, ter dificuldade para acessar os sistemas de saúde e educação, não ter renda fixa, não ter como planejar o futuro, portanto, como destacam Banerjee & Duflo (2021), pessoas em situação de vulnerabilidade por viverem em situações de grande escassez e em meio a tantas dificuldades precisam muitas vezes serem economistas sofisticados para garantir o sustento seu e se sua família.

Visão Sistêmica: Para se combater a pobreza é preciso conhecer suas causas e consequências, os ciclos viciosos que podem emergir neste contexto e também os elementos existentes que podem ajudar neste processo de superação. Uma das mulheres participantes de uma das oficinas, por exemplo, tinha uma produtividade inferior à de outras pessoas que desenvolviam trabalhos de natureza semelhante. A busca de compreensão da razão deste resultado levou a descoberta de que ela estava sendo vítima de uma situação de violência doméstica.

É através de uma visão sistêmica que se percebe o quanto os problemas de clima e de vulnerabilidade econômica estão ligados. Em 2022 foi realizada a primeira edição da premiação “Jovem de Impacto: Eu Sou”, tratava-se de um convite para os jovens pensarem em projetos que contribuísse para a erradicação da pobreza, levando-os a refletir sobre questões sistêmicas que geram situações de vulnerabilidade e buscar caminhos para resolver tais problemas.

O projeto vencedor “Mulheres quilombolas: luta e resistência, a alimentação tradicional como cultura secular no quilombo Peropava”, oriundo de uma comunidade quilombola onde a dificuldade de acesso a água estava prejudicando uma série de atividades locais e dificultando a preservação do meio ambiente. É o que se percebe na fala de Andréia Libório, quilombola e pedagoga,

proponente do projeto: “Os quilombolas são invisibilizados, a Economia de Comunhão trouxe água para a comunidade, para fazer o reflorestamento da mata atlântica” (FORUM EDC, 2022).

Deste modo, na visão da Economia de Comunhão, cada pessoa pode contribuir com a erradicação da pobreza a começar da sua própria realidade e, a partir deste desejo, é possível contribuir também com projetos de maior alcance, uma vez que se vive em um mundo cada vez mais conectado. Pode-se considerar que o mundo é uma única e grande comunidade global, conseqüentemente, os problemas existentes estão de algum modo conectados, assim como devem estar conectadas as propostas de solução, a partir de uma visão sistêmica.

A comunhão acontece quando oportunidades e vulnerabilidades são conectadas, partindo-se do princípio que a potência do ser humano emerge do encontro, no encontro se percebe que cada pessoa é rica em alguma medida e pobre em alguma medida. As descobertas das riquezas e o reconhecimento das vulnerabilidades são a chave que permite a identificação das potencialidades de cada pessoa, permitindo-as florescer e serem protagonistas da própria história no processo de superação da vulnerabilidade econômica.

Percebe-se que a Economia de Comunhão atua sobretudo em um nível micro, no sentido que todos os projetos desenvolvidos partem de uma lógica de fortalecer as relações de maneira a permitir às pessoas e comunidades vulnerabilizadas descobrir suas riquezas e potenciais. Embora seja necessária uma visão sistêmica e global neste processo, as iniciativas da Economia de Comunhão desenvolvem-se sobretudo de maneira local. Esse fato não desconsidera a importância de se atuar em esferas mais abrangentes e de se promover políticas públicas de modo a oferecer mais escolhas e oportunidades para que as pessoas possam viver com melhores condições socioeconômicas. Na Economia de Comunhão acredita-se que é fundamental a existência de pessoas e organizações que trabalhem nos centros de tomada de decisão a nível de políticas públicas, de maneira a mudar as regras do jogo, para que se tenha cada vez mais uma economia justa, regenerativa e fraterna.

Contudo, a Economia de Comunhão coloca em relevo alguns elementos que ela acredita serem importantes no processo de repensar o modo como a sociedade se organiza, dentre eles: a necessidade de um engajamento e escolha também a nível pessoal de contribuir para a erradicação da pobreza; a importância da presença de pessoas que vivenciam ou vivenciaram situações de vulnerabilidade socioeconômicas no planejamento de políticas para evitar situações onde a solução vem de cima e não são efetivas uma vez que se desconhece nuances das realidades locais e do problema como um todo; o papel das relações no processo de fortalecimento pessoal e comunitário; entre outros.

6. Considerações finais

A história da humanidade é permeada por uma série de avanços de várias naturezas: tecnológicos, sociais, intelectuais, entre outros. Porém, a existência de pessoas em situação de indigência denuncia que há muitos problemas que todo esse avanço não foi capaz de resolver. Este artigo buscou analisar este tema a partir da Economia de Comunhão. Partindo-se de algumas visões e definições de pobreza, percebeu-se que este é um fenômeno complexo, e cada uma destas visões corrobora para um melhor entendimento.

No caso brasileiro, percebe-se uma forte ligação entre fatores históricos e o modo como os recursos estão distribuídos na atualidade. Portanto o processo de erradicação da pobreza requer uma visão sistêmica.

Na Economia de Comunhão, a cultura do encontro tem um papel fundamental. É a partir dela que é possível conectar vulnerabilidades e oportunidades e buscar soluções. Deste modo a Economia de Comunhão coloca em relevo alguns elementos que podem fazer a diferença quanto se trata de buscar caminhos para a erradicação da pobreza no Brasil e no mundo.

Referências

- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2021). *A economia dos pobres: Uma nova visão sobre a desigualdade*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bruni, L. (2015). *Comunhão e as novas palavras em economia*. Editora Cidade Nova.
- Crespo, A. P. A., & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE eletrônica*, 1, 1-12.
- Faller, M. H. F. (2022). *Novas economias e a economia nova que a economia de comunhão propõe: perscrutando o discurso a partir de experiências, reflexões e desafios*. Artigo de discussão.
- FORUM EDC 2022 (2022). *Uma nova forma de pensar e de fazer negócios: porque somos comunidade*. Vargem Grande Paulista-SP: 21 e 22 de Outubro 2022.
- Gomes, L. (2019). *Escravidão—Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares (Vol. 1)*. Globo Livros.
- Haughton, J., & Khandker, S. R. (2009). *Handbook on poverty and inequality*. World Bank Publications.
- Krenak, A. (2022). *Cidades, pandemias e outras geringonças. Futuro Ancestral. São Paulo, Companhia das Letras*.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)*. Editora Companhia das letras.
- Latouche, S. (2013). A África pode contribuir para resolver a crise do ocidente?. *Espaço Plural*, 14(28), 175-197.
- Lucas, A. D. P. & Faller, M. H. F. (2019). Reflexões sobre a Economia de Comunhão em um Mundo Polarizado. *III Encontro de Economia de Comunhão e suas Pontes Multidisciplinares*. Rio de Janeiro – RJ.
- Rahnema, M. (2005). *Quando la povertà diventa miseria*. Einaudi.
- Ray, D. (1998). *Development economics*. Princeton University Press.
- Raworth, K. (2019). *Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Santana, C. C. (2019). *Economia de comunhão: Os bens, a história e os corações que os movem*. Paço Editorial.

Santos, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

Seligman, M. E. (2012). Florescer: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar.

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Anchor Books.

Sen, A. (1981). Ingredients of famine analysis: availability and entitlements. *The quarterly journal of economics*, 96(3), 433-464.